

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 920.289 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI
RECTE.(S) : CARLOS ROBERTO FIGUEIREDO MONTEIRO
ADV.(A/S) : JOSÉ MÁRIO QUEIROZ REGINA
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO: 1. A intempestividade impede o conhecimento do agravo. Publicada a decisão em 19/6/2015 (sexta-feira), conforme fl. 909 do e-STJ, v.19, a contagem do prazo de cinco dias para a interposição do recurso iniciou-se em 22/6/2015 (segunda-feira), findando-se em 26/6/2015 (sexta-feira). O recurso somente foi protocolado em 1º/7/2015 (quarta-feira), fl. 947 do e-STJ, v.19; portanto, fora do prazo previsto na Súmula 699/STF: *O prazo para interposição de agravo, em processo penal, é de cinco dias, de acordo com a Lei 8.038/90, não se aplicando o disposto a respeito nas alterações da Lei 8.950/94 ao Código de Processo Civil*. Reafirmando esse entendimento: ARE 693.904 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 7/11/2012; ARE 700.009 AgR, Relatora: Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 16/4/2013, DJe de 8/5/2013; e ARE 639.846 AgR-QO, Rel. Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, DJe de 20/3/2012, esse último assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PRAZO. LEI Nº 12.322/2010. MATÉRIA CRIMINAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 544 DO CPC. INCIDÊNCIA DO ART. 28 DA LEI Nº 8.038/90. PRECEDENTES. QUESTÃO DE ORDEM REJEITADA E AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. A alteração promovida pela Lei nº 12.322, de 9 de setembro de 2010, não se aplica aos recursos extraordinários e agravos que versem sobre matéria penal e processual penal, de modo que o prazo do Agravo em Recurso Extraordinário criminal é o de 5 (cinco) dias previsto no art. 28 da Lei nº 8.038/90, e não o de 10 (dez) dias, conforme o art. 544 do CPC. Precedentes (AG 197.032-RS, rel. Min. Sepúlveda Pertence, 5.11.97; AG (AgRg) 234.016-SP, rel. Min. Ilmar Galvão, 8.6.99). 2. Questão de ordem rejeitada para não

ARE 920289 / SP

conhecer do recurso de agravo.

2. Diante do exposto, não conheço do agravo.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI

Relator

Documento assinado digitalmente